


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaires Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes Simone Caldas Tavares Mafra Mariana de Paula Oliveira Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 3

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Data de aceite: 01/03/2021

Maria Gabrielle Chaves Silva

<http://lattes.cnpq.br/5462229232771583>

Mayra Hellen Vieira de Andrade

<http://lattes.cnpq.br/2399545679135479>

<https://orcid.org/0000-0002-9234-0322>

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

<http://lattes.cnpq.br/0857604023311350>

Carina Felix Bezerra

<http://lattes.cnpq.br/3034709258349821>

Kíssia Wendy Silva de Sousa

<http://lattes.cnpq.br/5615185091948538>

Maria Gabriella Florencio Ferreira

<http://lattes.cnpq.br/5759333270088565>

Maria de Medeiros Martins

<http://lattes.cnpq.br/7414575900203779>

Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento

<http://lattes.cnpq.br/1503796894912268>

Rafaela Leandro Pereira

<http://lattes.cnpq.br/7335615300053865>

Paloma Lima dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/9525492055795883>

RESUMO: Este artigo tem por finalidade abordar os processos históricos do Serviço Social brasileiro, resgatando as suas bases tradicionais, Movimento de Renovação profissional e os

desafios da atualidade, levando em consideração os rebatimentos do neoliberalismo e neoconservadorismo. Para isso, foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, ancorada numa perspectiva teórico-crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. “Questão Social”. Neoliberalismo. Projeto Ético-Político Profissional.

ABSTRACT: This article aims to address the historical processes of the Brazilian Social Service, rescuing its traditional bases, professional renewal movement and current challenges, taking into account the refusals of neoliberalism and neoconservatism. For this, it was developed from a bibliographical research, anchored in a theoretical-critical perspective.

KEYWORDS: Social Service. “Social Issue”. Neoliberalism. Professional Ethical-Political Project.

1 | INTRODUÇÃO

Ao resgatarmos os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social no Brasil, nos debruçamos acerca de suas construções, fundamentos e direção profissional, perpassando pela gênese, com um viés conservador e moralista, até a atualidade, que em meio a diversos desafios luta pela defesa e efetivação do seu Projeto Ético-Político Profissional.

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e se propõe, num primeiro momento, a discutir a “questão social” e a sua relação com

o Serviço Social no Brasil, bem como a sociedade capitalista. Abordaremos os processos históricos da profissão no país, desde a sua primeira forma de atuação, embebida de um caráter doutrinário, moral e conservador até o processo de sua ruptura, iniciando-se na década de 1960 com um novo processo de revisão acadêmico e profissional através do Movimento de Reconceituação.

Através do Movimento de Reconceituação o tradicionalismo na profissão começa a ser questionado mediante a perspectiva da intenção de ruptura, começando timidamente a se gestar a partir da década de 1960, ganhando densidade no final de 1970. A partir disso, há diversas contribuições para a categoria profissional com o adensamento das pesquisas acadêmicas, sendo um suporte para a sólida consolidação do Serviço Social na academia.

Na segunda parte, iremos discutir os rebatimentos do conservadorismo na formação profissional, levando em consideração o avanço da ofensiva neoliberal. Para isso, iremos analisar a crise de 1970 e as suas consequências para o ciclo do capital, assim como as transformações sofridas na formação acadêmica profissional com as contrarreformas que se intensificaram a partir da década de 1990, apontando fortes consequências na atuação profissional na contemporaneidade.

2 I “QUESTÃO SOCIAL”, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA

2.1 Exploração do Trabalho e “Questão Social”

A “questão social” define o processo de consolidação do Serviço Social enquanto profissão. Assim, de acordo com Almeida (2016), para chegar a essa conclusão foi necessário um rigoroso estudo sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, que estão a mercê dos interesses burgueses, e que se agudizam a partir da intensificação do trabalho.

O modo de produção capitalista eleva ao máximo as contradições existentes em todas as formações econômico-sociais estruturadas na apropriação privada dos meios de produção. Dessa forma, o capital expressa-se através de mercadorias e do dinheiro, assim o movimento de produção é criado e recriado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Ao deter o monopólio dos meios de produção, a classe capitalista compra e se apropria da força de trabalho daquelas/es que não têm acesso às condições que materializam a produção mercantil. Destarte, a classe trabalhadora além de produzir o valor que posteriormente lhe será devolvido em forma de salário, entrega um sobrevalor chamado de mais-valia, que é o trabalho excedente não pago, apropriado pela burguesia. Para sobreviver, a classe trabalhadora vende a sua força de trabalho, estando, desta forma, dentro de uma lógica de exploração para que possa ter as condições (mesmo que insuficientes) para a sua sobrevivência. Assim sendo, a produção social está atravessada pelas relações sociais entre pessoas que personificam os conflitos de classes sociais

antagônicas.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, houve um grande crescimento com relação à industrialização e ao número de trabalhadoras/es ocasionado pela crise de 1929. A partir disso, sucedeu a um avanço generalizado do crescimento da pobreza, impulsionando, dessa forma, o processo de tomada de consciência e de organização da classe operária, o que foi visto com muita apreensão por parte da burguesia.

Nessa época havia muitos conflitos entre a classe trabalhadora e a classe dominante. Deste modo, à medida em que os conflitos de classe foram se agravando e a repressão da polícia tornando-se insuficientes para conter a classe operária, fez-se necessário a construção de novas estratégias, a partir do Estado, para lidar com essa problemática chamada de “questão social”.

De acordo com Iamamoto e Carvalho, a “questão social” trata-se da “manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (2014, p. 83-84). A “questão social” é inerente ao modo de produção capitalista e possui particularidades quanto aos seus determinantes históricos, sociais, econômicos e culturais, tendo como fundamento comum a centralidade do trabalho na constituição da vida social.

No Brasil, a “questão social” começou a ser reconhecida pelos governantes e setores dominantes ao longo das décadas de 1920 e 1930 ao começarem a admitir que a mesma poderia deixar de ser tratada como uma questão de polícia, para ser tratada como uma questão política. O que não quer dizer que tenha deixado de ocorrer repressões contra diferentes manifestações sociais de setores populares no campo e na cidade, mas significou um avanço no tocante a mudanças de atitudes, métodos e interpretações (IANNI, 1989), a partir de medidas estratégicas e paliativas para amenizar os conflitos entre as classes. Entre as medidas tomadas pelo Estado e empresariado no enfrentamento e regulação das expressões da “questão social” está a institucionalização do Serviço Social no país, que abordaremos no item a seguir.

2.2 Serviço Social no Brasil: da constituição ao amadurecimento teórico-metodológico

Em um primeiro momento, o Serviço Social tinha o comprometimento com as classes dominantes. Essas/es profissionais tinham um modelo de atuação essencialmente assistencialista e culpabilizavam a população vulnerável pelo lugar ocupado na sociedade, sem fazer uma análise estrutural da realidade, restringindo-se “ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial” (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147).

Essa forma de atuação via a “questão social” como um problema moral e religioso, incidindo na integração de suas/seus “clientes” na sociedade, a partir de intervenções nos

valores e comportamentos dessas pessoas, buscando sua integração nas relações sociais vigentes. Esse conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, principalmente a partir dos anos 1940, a ser tecnicado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas positivistas (YAZBEK, 2009).

A concepção positivista, de acordo com Löwy, “afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo” (1985, p. 39). Deste modo, através dessa teoria social, a prática profissional é feita de modo imediatista e focalizada, sem expectativas de mudanças concretas no que diz respeito às desigualdades sociais, já que percebe a pobreza como algo natural e, portanto, insuperável.

A partir da década de 1960, o Serviço Social brasileiro começa uma ruptura desse projeto profissional que é alicerçado em práticas positivistas, moralizantes e conservadoras. Desencadeia-se, então, um novo processo de revisão acadêmico e profissional, impulsionado pelas lutas sociais na América Latina, expressando-se nas universidades, Ciências Sociais, Igrejas e movimentos estudantis, tendo particularidades em cada país. Esse fenômeno se manifesta através do Movimento de Reconceituação que representa um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica da profissão no continente.

Esse movimento demonstra a preocupação da categoria profissional em repensar o Serviço Social tradicional, assim como a estrutura excludente do capitalismo. Dessa forma, é proposto um novo projeto de formação profissional levando em consideração as contradições e antagonismos da sociedade capitalista, bem como a exploração de classe, em busca de uma nova sociabilidade. De acordo com Yamamoto, as principais preocupações desse movimento, foram:

[...] em primeiro lugar, o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países “cêntricos” [...]. Em segundo lugar, verificam-se os esforços empreendidos para a reconstrução do próprio Serviço Social: da criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo. Em terceiro lugar, uma explícita politização da ação profissional, solidária com a “libertação dos oprimidos” e comprometida com a “transformação social” [...]. Em quarto lugar, a necessidade de se atribuir um “estatuto científico” ao Serviço Social lança-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias (2008, p. 209).

Porém, o Movimento de Reconceituação não se tratava de um movimento homogêneo, havia fragmentações da categoria profissional. Nesse processo, entram em disputas diferentes projetos de profissão, cujos são identificados a partir de três direções:

perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura (NETTO, 2017).

Pela primeira vez, no interior da categoria profissional, rebatiam projetos societários distintos daqueles que atendiam aos interesses das classes e camadas dominantes. Não é preciso dizer, também, que este rebatimento não foi idílico; acarretou polêmicas e diferenciações na categoria – o que, aliás, é uma própria e saudável implicação da luta de idéias (NETTO, 1999, p. 20).

O projeto que ganhará densidade a partir do final dos anos 1970 é a intenção de ruptura, cujo “[...] forja coletivamente o Projeto Ético-Político, que tem no Congresso da Virada de 1979, em São Paulo, sua mais emblemática expressão” (BOSCHETTI, 2015, p. 641). A partir da intenção de ruptura inicia-se o processo de distanciamento aos substratos teóricos do positivismo, da prática tecnicista e da reprodução do conservadorismo.

À medida em que esse distanciamento vai acontecendo, o Serviço Social vai se aproximando do método marxista, que contribuiu para produção do conhecimento na área, fornecendo as bases materiais para a construção do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), tendo destaque nessa contribuição por causa do seu pioneirismo da aproximação profícua do Serviço Social sob a interpretação marxista, o livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, publicado pela primeira vez em 1982.

Entre as décadas de 1960 a 1980, com a ditadura militar no Brasil e a entrada do Serviço Social no ensino superior, emergem profundas disputas político-ideológicas dentro do Serviço Social, onde teve início “as primeiras manifestações, no meio profissional, de posições que questionem o *status quo* e contestam a prática institucional vigente” (IAMAMOTO, 2013, p. 40). Muitas/os assistentes sociais, docentes e estudantes de Serviço Social juntaram-se aos movimentos sociais a favor da democracia e lutas das classes trabalhadoras.

Foi em meio a esse contexto de organização de assistentes sociais, como trabalhadoras/es e com trabalhadoras/es, que realizou-se o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada”, em 1979 na cidade de São Paulo. Esse Congresso transformou-se na referência do processo de intenção de ruptura, cujo ganha força e na década de 1980 encontra possibilidades objetivas de disputar a hegemonia do Serviço Social.

A partir desse momento, o Serviço Social brasileiro passa a ter como uma de suas prioridades a formação profissional, seja na dimensão acadêmica com o crescimento das pós-graduações e das pesquisas científicas, ou nas suas dimensões político organizativas através do debate e ações das entidades organizativas (ABEPSS; CFESS, 2011).

É importante ressaltar que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e a profissão, porém essa determinação não se trata de uma característica exclusiva do Serviço Social, pois refere-se a um “[...] alimento imprescindível da reprodução do capital,

e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

A partir disso, a busca pela ruptura com o conservadorismo irá expressar-se, dentre outras formas, com a inserção do Serviço Social no debate brasileiro no âmbito da tradição marxista, pois entende-se que a partir do marxismo há um compromisso em analisar a realidade, buscando compreender os fenômenos sociais em sua essência e totalidade, atuando de forma crítica na realidade social.

Desse modo, as/os profissionais comprometidas/os com as lutas democráticas e da classe trabalhadora, passam a disputar espaços nas direções das entidades da categoria, para que assim suas pautas pudessem ser elencadas, imprimindo uma nova direção política articulada com os movimentos sociais e os sindicatos.

Com relação à formação acadêmico-profissional, houve articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, culminando em um novo currículo mínimo que dará continuidade à intenção de ruptura, articulando o projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e a opressão, sustentado na teoria social de Marx.

Esse movimento trouxe grandes avanços tanto para a formação acadêmica, como para a prática profissional, possibilitando a construção das bases do PEPP, que se materializa nos anos 1990 a partir de três documentos: Lei de Regulamentação da Profissão (1993), Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996), no qual estão relacionados, em larga medida, às lutas sociais.

O PEPP se desenvolve a partir da intenção de ruptura com a origem conservadora da profissão, através do Movimento de Reconceituação, no processo de redemocratização da sociedade brasileira. As/os assistentes sociais envolvidas/os contaram com a reorganização da classe trabalhadora, afirmando o compromisso com a mesma e com os movimentos sociais, expressando-se através do projeto societário defendido pela categoria.

Desse modo, os projetos profissionais “apresentam a auto-imagem de uma profissão” (NETTO, 1999, p. 95) e estão alinhados a um projeto societário, que está presente na dinâmica de qualquer projeto coletivo, podendo partir de uma perspectiva mais conservadora ou transformadora da realidade social. Assim, o PEPP do Serviço Social expressa o reconhecimento da categoria profissional como integrantes da classe trabalhadora, fortalecendo suas bases e tendo como horizonte a superação do atual projeto societário. Entretanto, frente ao avanço do neoliberalismo, esse projeto profissional é tensionado pelas novas roupagens assumidas pelas relações entre capital e trabalho, como discutiremos a seguir.

31 OS REBATIMENTOS DO CONSERVADORISMO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE AO AVANÇO DA OFENSIVA NEOLIBERAL

O neoliberalismo aparece como o novo *modus operandis* dos países de capitalismo

central a partir da década de 1970 com a crise estrutural do capital que incide diretamente nas relações sociais vigentes, expressando-se no esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista e demonstrando sua incapacidade na manutenção do desenvolvimento capitalista. Nessa perspectiva, a década de 1970 é marcada por uma crise de superprodução, de modo que o excesso de produção esbarrou no processo de circulação de mercadorias. Como afirma Antunes (2009), a produção em massa não encontrou escoamento no mercado nacional e internacional, trazendo grandes impactos ao capital ao não conseguir se realizar na esfera da circulação.

Portanto, o capital propõe como resposta à sua própria crise um processo de reorganização de seu sistema ideológico e político de dominação que tem grande expressão com o advento do neoliberalismo. Essa reorganização se expressa, também, por meio da privatização do Estado e da desregulamentação dos direitos do trabalho, além do desmantelamento do setor produtivo e o processo acentuado de reestruturação da produção e do trabalho. Dessa forma, o capital implementou um vasto processo de reestruturação para a recuperação de seu ciclo produtivo (ANTUNES, 2009).

Um novo padrão de acumulação foi necessário para a recuperação do ciclo expansionista do capital, esse novo padrão de acumulação – identificado por muitos autores, como Pinto (2013), Antunes (2009) e Harvey (2011) como acumulação flexível ou Toyotismo – se mostrou não apenas por meio da reestruturação produtiva, mas também por meio da tentativa de construir um projeto de recuperação da hegemonia do capital nas diversas esferas da sociedade. Nesse sentido, a recuperação da hegemonia capitalista perpassou não apenas o âmbito econômico, mas também na esfera ideológica, com o culto de um subjetivismo e de um individualismo exagerado contra as formas de solidariedade de atuação coletiva.

Em suma, as respostas dadas a crise de 1970, estão inseridas em três eixos, sendo eles, a reestruturação produtiva, que interfere diretamente no processo de produção e reprodução das relações de produção capitalista, sendo caracterizada pela revolução tecnológica e organizacional da produção, tendo como uma importante marca o desemprego estrutural e crônico que impacta incisivamente a classe trabalhadora, visto que promove uma desorganização política dessa classe; a mundialização da economia, que promove uma reformulação das estratégias do mercado mundial, acarretando uma redivisão social e técnica do trabalho em nível internacional e promovendo uma nova relação entre centro e periferia do capital; a terceira e última estratégia proposta pelo capital para saída da crise é a ideologia neoliberal, a qual promove uma nova relação entre Estado e sociedade civil, sendo a racionalidade neoliberal a sustentação para as transformações ocorridas no processo de trabalho que atinge necessariamente a classe trabalhadora, ao promover um novo perfil das políticas econômicas e industriais do Estado (BEHRING; BOCHETTI, 2011).

O neoliberalismo, embora já seja apresentado como uma das estratégias para a saída da crise de superprodução da década de 1970, se fortalece enquanto racionalidade

dominante a partir de 1990 que tem como base a exigência de uma universalização da norma da concorrência, ultrapassando as fronteiras do Estado e atingido os indivíduos em suas relações consigo mesmo, conforme analisa Dardot e Laval (2016).

Na década de 1990, no Brasil, consolidou-se o que Behring (2008) chama de contrarreforma. Este termo é usado pela autora ao referir-se às expressões do projeto neoliberal, pois ela afirma que não se tratam de reformas, visto que as expressões do neoliberalismo estão destituídas do conteúdo progressista que a palavra reforma carrega. De acordo com Behring, “o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contra-reforma do Estado” (2008, p. 129).

Com base nesse breve resgate sócio-histórico da constituição da sociedade neoliberal e seus desdobramentos, o Serviço Social enquanto profissão liberal marcada pela divisão social e técnica do trabalho sofre grandes transformações em seu processo de trabalho e, sobretudo, em sua formação profissional.

Nesse sentido, é necessário destacar que embora a profissão seja dotada de uma relativa autonomia profissional, está tensionada entre o processo de compra e venda de sua força de trabalho, e assim, depende das correlações de forças que a envolvem, isto é, das relações pelas quais a profissão está inserida e estabelece com seu empregador. Nesse sentido é possível perceber que as relações estabelecidas entre capital e trabalho interferem decisivamente na atuação e na formação dessas/es profissionais, estando condicionados a responder às demandas do capital e das classes mais pauperizadas nessa sociedade (IAMAMOTO, 2015).

Ao se constituir como trabalho assalariado, a/o profissional de Serviço Social é segundo Iamamoto (2015), explorado pelo capital, de modo que seu trabalho se torna um trabalho indiferenciável e alienável por meio das relações sociais contraditórias que permeiam essa sociedade. Nesse sentido, as décadas de 1980 e 1990 representam um período de grandes avanços para a profissão mas, concomitantemente, grandes retrocessos.

A partir das consequências do neoliberalismo, o Serviço Social sofre rebatimentos tanto no fazer profissional, tendo em vista que encontra uma conjuntura adversa a partir da década de 1990, de destruição dos direitos sociais historicamente conquistados e com o desmantelamento da legislação trabalhista, quanto na formação profissional ao se defrontar com a privatização e o sucateamento da educação pública (IAMAMOTO, 2017).

No que tange a formação profissional da/o Assistente Social a ofensiva neoliberal propicia um espaço para o avanço do neoconservadorismo¹ não só no interior da profissão,

¹ O neoconservadorismo surge a partir dos anos 1930 nos Estados Unidos, tendo sua maior expressão com Irving Kristol (considerado o pai da ideologia neoconservadora), no entanto ganha maior expressão a partir da década de 1980 junto ao fortalecimento do neoliberalismo. É a partir da crise das políticas de bem-estar social que os defensores do neoconservadorismo passam a criticar o papel do Estado no atendimento às demandas sociais, demonstrando um ceticismo na resolução dos problemas societários, sob a interferência estatal. Isso gerou uma nova forma ideológica de analisar o papel do Estado e a sociedade civil, mesclando o anticomunismo, o individualismo e a economia de mercado

mas em todos os âmbitos sociais (BOSCHETTI, 2015). É possível perceber uma ascensão de valores e medidas conservadoras, como a apologia do livre mercado com a mercantilização dos serviços públicos, o avanço do fundamentalismo religioso, que aprofunda ainda mais a discriminação e a intolerância às diversidades sociais.

O neoconservadorismo se expressa na profissão de forma mais incisiva a partir dos anos 2000 com a contrarreforma do ensino superior, que perpassa não só o Serviço Social, mas todas as áreas do conhecimento, assim o ensino passa a ter ainda mais sujeição ao capital, devendo corresponder aos interesses de vários organismos internacionais, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. O objetivo desses órgãos, segundo Boschetti (2015), é criar um sistema de ensino superior estandardizado e de caráter global que atenda às exigências da internacionalização da educação para as necessidades do capital.

As consequências dessa contrarreforma do ensino superior refletem na formação profissional que agora tem um ensino padronizado e aligeirado, provocando uma maior competitividade e sujeição do ensino às demandas do mercado, assim como tem um crescimento expressivo da Educação à Distância (EAD) e de instituições privadas voltadas para satisfazerem as necessidades do mercado, sem ter comprometimento com o processo educativo de qualidade.

Boschetti (2015) afirma que o número de profissionais de Serviço Social teve um aumento significativo após a expansão das EAD's, as quais em larga escala não estão comprometidas com a formação profissional crítica, refletindo negativamente e reatualizando os seus traços conservadores profissionais. Com isso, há também a incorporação do pensamento pós-moderno à revelia das diretrizes curriculares, distanciando as/os assistentes sociais do seu compromisso de classe firmado no PEPP e esvaziando o ensino crítico da formação profissional.

Esse retorno do conservadorismo faz com que profissionais sem formação crítica e descomprometida com o nosso PEPP reproduzam ações moralizantes no trato das expressões da “questão social” na sua atuação profissional, apresentando respostas que culpabilizam os indivíduos por sua situação de subalternização (BARROCO, 2015). Essa moralização do trato da “questão social” tem encontrado grande apoio dos meios de comunicação, sobretudo por meio dos programas sensacionalistas, além dos meios virtuais que tem propagado uma visão simplista das relações sociais, divididas simplesmente entre o bem e o mal.

Com relação a profissão, o enfrentamento ao conservadorismo é de caráter político. Desse modo, é preciso que a categoria profissional esteja organizada com uma base social de sustentação juntamente com as entidades de representação, unidades de ensino, estudantes, professores e profissionais para fortalecer o enfrentamento ao conservadorismo (BARROCO, 2011). Essa prática deve ser constante e coletiva na defesa com o conservadorismo tradicional (PEREIRA, 2016).

dos direitos sociais e de apoio às lutas contra todos os tipos de opressão.

Deste modo, percebe-se que a realidade contemporânea aponta para um grande desafio profissional, em meio a conjuntura de destruição das políticas de proteção social, desmobilização da classe trabalhadora, crescente desemprego estrutural, lógica da concorrência exteriorizada aos indivíduos, terceirização, privatização das instituições públicas e da grande moralização da vida social como um todo.

Portanto, diante dessa conjuntura de grandes desafios para a profissão, é necessário que as/os assistentes sociais tenham uma atuação profissional comprometida com o PEPP, reafirmando o seu compromisso com a classe trabalhadora. Um desafio que não é fácil, visto que as/os profissionais também são marcadas/os pela divisão social e técnica do trabalho, portanto também sofrem com os seus rebatimentos. No entanto, a luta para manter a hegemonia da direção social da profissão tem se constituído a melhor alternativa no combate ao avanço do neoconservadorismo no interior da profissão, assim como nos rebatimentos do neoliberalismo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão exposta neste trabalho, foi possível perceber que o Serviço Social vem sofrido profundos impactos com a ofensiva neoliberal tanto no âmbito do trabalho profissional - através da precarização das condições de trabalho da/o Assistente Social e do desmonte das políticas sociais públicas - quanto na sua formação profissional que vem sofrendo os impactos com o retorno do conservadorismo na profissão, sob novas roupagens, agora como neoconservadorismo.

Esse avanço do neoconservadorismo na profissão tem se mostrado uma tentativa de romper com o PEPP sob a hegemonia da teoria social crítica, propondo pautar a prática e a formação profissional sob o viés moralizante, colocando o indivíduo como o responsável pela condição de subalternização social que o sistema capitalista promove. E nesse sentido, as instituições financiadas pelas grandes organizações do capital têm contribuído para uma formação profissional aligeirada pautada no ensino voltado para a lógica do mercado, promovendo uma a-criticidade na análise das relações sociais que voltam a ser vistas sob a moralização dos indivíduos e da sociedade.

Assim sendo, percebe-se que os impactos dessa nova racionalidade do capital têm impactado em todos os âmbitos sociais e práticas profissionais e, no caso do Serviço Social, tem resgatado os aspectos conservadores da gênese da profissão, promovendo uma formação voltada a atender aos interesses do capital. Sendo necessário para o seu rebatimento um caráter teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da categoria profissional que vise combater a incidência dessas expressões dentro da profissão, defendendo uma formação crítica com direção social e política que reafirme o PEPP.

As Instituições de Ensino Superior no Brasil estão em constante processo de

contrarreforma com o sucateamento das universidades públicas, popularização dos EAD's e o caráter expresso na lógica de mercado das instituições privadas. Portanto, a materialização da formação universitária torna-se um desafio e exige um especial empenho coletivo das unidades de ensino e entidades da categoria na defesa da preservação e implementação do projeto original, impulsionando a luta pela hegemonia no nível teórico e acadêmico do Serviço Social.

É necessário, em tempos de ofensiva conservadora, elucidarmos a defesa por uma educação pública de qualidade, bem como discussões profissionais críticas em consonância com o PEPP para que as/os profissionais possam “compreender as implicações de sua prática, reconstruí-la e recriá-la no jogo das forças sociais presentes” (IAMAMOTO, 2013, p. 192).

Diante disso, defendemos como horizonte estratégico a luta pela superação das desigualdades e que a apreensão das discussões (potencializadas no âmbito da formação, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão) se expresse na prática profissional, aliada ao combate de qualquer tipo de opressão e exploração.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e o Projeto Ético-Político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez. 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Questão social” e Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, nº 124. São Paulo: Cortez, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista Ciência & Trópico**, v. 17, n.2, p. 189-202, jul./dez. 1989.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetice**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2013.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, nº 128. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0013.pdf>

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra Filosofia, 1985.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: **Programa de Capacitação Política em Serviço Social e Política Social:** módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço social – Brasília: CEAD, p. 91 – 109, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2017.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo:** crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** 1ªed. Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009b, v. 1, p. 143-163.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceituação 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230


Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

Atena
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021